

Ideologia, ponto de vista: contradições políticas entre PT e PSDB

Ideology, point of view: political contradictions between PT and PSDB

ANTONIO MANOEL MOREIRA CAMPOS

Discente do curso de História (UFTM - Uberaba)

E-mail: antoniocampos@terra.com.br

Resumo: A última década do século XX e a primeira do século XXI foram um período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. O cenário político sofreu enormes alterações, colocando em pauta a disputa neoliberal encabeçada pelo PSDB, de um lado, e o campo progressista liderado pelo PT, de outro. Para compreender essas disputas, foram analisados cinco textos para explicar esse movimento político ocorrido nesse período. Ficaram muito claras as posições que cada lado defendia para fazer valer seus pontos de vista. Nesse aspecto, podem-se evidenciar as forças colocadas no campo político e o claro interesse dos campos liberais e progressistas.

Palavras-chave: Lula; FHC; PT; PSDB; mídia.

Abstract: The last decade of the 20th century and the first of the 21st century were a period of significant political, economic, and social transformations in Brazil. The political scenario underwent enormous changes, bringing to the forefront the neoliberal dispute led by the PSDB on one side, and the progressive field led by the PT on the other. To understand these disputes, five texts were analyzed to explain this political movement that took place during this period. The positions that each side defended to assert their points of view became very clear. In this aspect, the forces in the political field and the clear interest of the liberal and progressive fields can be highlighted.

Keywords: Lula; FHC; PT; PSDB; media.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho é uma análise de cinco textos. Os artigos são “O Brasil de Lula”, de Perry Anderson; “O Brasil de Lula, segundo Perry Anderson”; de Boris Fausto; “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo” e “A segunda alma do Partido dos Trabalhadores”, de André Singer”. O livro é “Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?”, de João Sicsú.

A proposta deste trabalho foi analisar os comportamentos ideológicos propostos para entender as causas que colocaram em evidência o Lula e o Lulismo e os argumentos que se contrapõem a esses destaques. Para isso, foram utilizados textos que colaboram para essa interpretação dos fatos. Buscou-se analisar se as justificativas dos autores selecionados são coerentes com os dados fornecidos.

No primeiro artigo, Anderson (2011) traça um perfil do governante Lula como uma figura icônica que, vindo de uma extrema pobreza, torna-se um vencedor e que conseguiu mudar a história do país, algo que até então nunca havia acontecido. Com certo exagero, ele enche de louros o governo petista.

No segundo artigo, Fausto (2012) contrapõe-se às ideias de Perry Anderson, questionando a idolatria feita ao petista e a seu governo, alegando que o sucesso do governo de Lula não se deve apenas ao seu desempenho; segundo Fausto, Lula aproveitou-se dos reflexos da boa administração do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No terceiro e quarto artigo, Singer (2010 e 2009) analisa, por meio de estatísticas, como o governo Lula ascendeu à presidência, quais fatores foram determinantes para seu sucesso no cargo, estabelecendo parâmetros para as mudanças do eleitorado de um governo para o outro (2002 e 2006).

No seu livro, Sicsú (2013) aborda, com ênfase, o aspecto econômico do governo petista, apresentando números para estabelecer diferenças entre o governo do PT e seu antecessor, o PSDB. Ao mesmo tempo, aborda a questão de como seriam os governos seguintes, uma vez que, na visão de Sicsú, o Partido dos Trabalhadores conseguiu atingir patamares de desenvolvimento econômico que até então foram surpreendentes na pós-ditadura de 64.

2 “O BRASIL DE LULA”, DE PERRY ANDERSON

O artigo de Perry Anderson foi traduzido para o português por Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa.

Perry Anderson, no início de seu artigo, tece efusivos elogios ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, traçando um perfil de homem pobre vencedor e bem-sucedido na área da política. Exalta a sua saída do governo como o maior líder político de sua época, com uma aprovação que supera todas as expectativas.

Vindo ele mesmo da mais profunda pobreza do Brasil, a ascensão de Lula de operário no chão da fábrica a líder do país nunca foi um triunfo pessoal: o que a tornou possível foi a mais notável insurgência sindicalista do último terço do século, criando o primeiro — e até agora único — partido político moderno do Brasil que se tornou o veículo da sua ascensão. Juntos, a combinação de uma personalidade carismática e a organização com dimensões nacionais sempre foram trunfos formidáveis (ANDERSON, 2011, *online*).

Na análise de Anderson, a trajetória de Lula é a história do menino pobre que ascendeu à categoria de líder sindical. O seu carisma possibilitou a ele se tornar o maior fenômeno político da atualidade. Aqui cabe uma ressalva sobre esse contexto, para justificar o sucesso de Lula: Anderson faz algumas observações para mostrar seus argumentos sobre o sucesso dessa liderança — pontua as dificuldades encontradas no início do governo Lula, em função das consequências desastrosas promovidas pelo

governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), seu antecessor: a) a dívida pública, sua metade avaliada em dólares; b) a taxa de juros acima de 20%; c) o risco de uma moratória, algo que a Argentina já havia declarado, o que assombrava o mercado. De certa forma, isso ajudou a formar o líder que Anderson estava defendendo, pois essas observações foram encaradas com austeridade e ajudaram a fomentar a confiança no mercado financeiro.

Com a intenção de construir o “mito” Lula, Anderson coloca as mazelas do governo em relação às chantagens e subornos de seus “aliados” que ocupavam os principais cargos em estatais estratégicas do governo. Pelo fato do Brasil ter um sistema de governo de coalizão, deixa essas intempéries muitas vezes desnudas. Nesse sentido, Anderson usa esses fatores negativos para fortalecer o sucesso do governo Lula como um líder que soube lidar com as adversidades pelas quais passou.

O legislativo brasileiro há muito vinha sendo um covil de venalidade e oportunismo. Ao fim do primeiro mandato de Lula, de um terço a dois quintos dos deputados no Congresso tinham mudado de partido; até o final do segundo, mais de um quarto dos membros de ambas as Casas estavam indiciados ou enfrentando acusações (ANDERSON, 2011, *online*).

Anderson reconhece que o Partido dos Trabalhadores participou, de forma consciente, de subornos de deputados para a aprovação dos projetos que eram submetidos à Câmara, porém ele coloca que essas benesses concedidas aplicavam tão somente aos partidos aliados, excluindo membros do PT — embora esses membros soubessem da corrupção, não se manifestavam e são colocados como apenas intermediários dos projetos do governo para dar sustentabilidade ao programa de desenvolvimento nacional.

Para superar essas dificuldades, recursos especiais se fizeram necessários, para os quais garantias especiais tiveram de ser dadas, no âmbito público e no privado. E, do mesmo modo, com um pequeno grupo de deputados e um ainda menor grupo de aliados espontâneos na legislatura, o PT foi levado a subornar em maior escala para obter maiorias temporárias no Congresso. Talvez se possa falar em uma espécie de gratificação dos trabalhadores, em corrupção, mas também em combate à inflação — na necessidade de satisfazer o FMI, com um superávit primário excessivo para manter a economia no prumo, para extrair e distribuir dinheiro sujo a fim de obter cargos e exercer o poder (ANDERSON, 2011, *online*).

Outro fator importante apontado por Anderson é a interferência da mídia no processo político. Em meio às tantas crises de corrupção no seio do PT, seu principal articulador, Antonio Palocci, que havia acalmado o mercado financeiro diante das reformas propostas pelo então presidente Lula, agora se via envolvido em

obscurantismos ilegais, como suas tramoias com lobistas, em que mantinha uma mansão para encontros ilícitos, envolvendo dinheiro e bebidas. Isto para a imprensa e seu principal partido rival, o PSDB, era o que estava faltando para dismantelar de vez o PT. Porém, Anderson é enfático ao afirmar que o PSDB fez um cálculo errôneo quando diz que era melhor um inimigo ferido que um adversário desconhecido.

Tanto Cardoso como Serra, prefeito do PSDB de São Paulo, derrotado por Lula em 2002, mas com a esperança de se tornar novamente o candidato presidencial de seu partido naquele ano, decidiram que seria melhor deixar um candidato gravemente ferido no cargo do que correr o risco de que surgisse um adversário forte e intransigente caso ele fosse expulso (ANDERSON, 2011, *online*).

A política social e financeira foi outro ponto que o autor destaca. O fator que contribuiu para o sucesso do governo do PT foram os reajustes dos salários mínimos anuais permanentes, indexando-os aos salários dos aposentados. Na área social, o Bolsa Família foi de extrema importância, pois colocou a população pobre como fomentadora da economia. Para receber o benefício, as famílias teriam que cumprir algumas exigências mínimas, como manter a carteira de vacinação em dia e frequentar regularmente a escola, obrigando que os filhos estivessem matriculados, dessa forma reduziria o trabalho infantil, além de fomentar o comércio local no interior do Brasil. Na questão financeira, criou-se o crédito consignado para aposentados, outra facilidade para os aposentados. (Aqui uma observação: essa linha de crédito beneficiava os aposentados, no entanto quem levava a maior vantagem eram os bancos). Esses empréstimos ajudavam na aquisição da casa própria e alimentavam o mercado interno; devido à grande demanda, propiciou a geração de novos empregos.

A política econômica internacional foi outro vetor de extrema importância. Como expressa Anderson (2011, *online*), “Sem confrontar Washington, deu maior prioridade à integração regional, promovendo o Mercosul com os países vizinhos ao sul, e recusando a postura esnobe de Cuba e Venezuela com relação ao norte”. Isso possibilitou acordos paralelos com outros países, deixando de obedecer às exigências norte-americanas, que, durante o governo de FHC, determinavam a política econômica interna do Brasil via FMI. Para isso, o articulador dessas relações exteriores foi o ministro Celso Amorim, grande articulista de políticas internacionais.

Na linha de defesa de Lula contra o ataque que Fernando Henrique Cardoso faz, comparando-o a Getúlio Vargas e a Juan Domingo Perón, como um populista, Anderson elenca os pontos que FHC justifica para criticar o governo. Embora Anderson mencione que os contextos são totalmente diferentes, Vargas insere os “trabalhadores recém-urbanizados no sistema político, como beneficiários passivos de seus cuidados, com uma legislação trabalhista protecionista e uma sindicalização cadastrada de cima para baixo”. No caso de Perón, ele usou “uma mobilização das energias do proletariado em uma militância sindical que sobreviveu a ele” (ANDERSON, 2011, *online*).

Como já mencionado, os adversários de Lula eram não apenas os partidários do PSDB, mas também a própria imprensa que nunca viu o governo de Lula como um

governo democrático, mas sim como um governo populista que usava o Estado para beneficiar os mais pobres e fazer disso uso político dessas supostas benesses aos menos favorecidos. FHC compara Lula ao governo de Getúlio Vargas devido à sua popularidade, mas vê isso como um ato negativo, como apenas mais um demagogo que usa a boa-fé do povo para se manter no poder. Outra comparação é com Perón da Argentina, justificando que os atos de corrupção do governo argentino se assemelham ao governo de Lula. Nesse sentido, vai dizer que o Lulismo é um subperonismo. No artigo em que FHC escreve para o *Globo*, (*Para onde vamos?*, *O Globo*, 01/11/2009, *O País*, p. 14), ele faz crítica à política externa do governo Lula, em que Lula se nega ao bloqueio do Irã. Para Anderson (2011, *online*) esse ato do presidente Lula soa como uma “declaração de independência diplomática”, mostrando sua independência em relação aos Estados Unidos.

Washington ficou furiosa, e a imprensa local ficou fora de si com essa quebra de solidariedade atlântica. Poucos eleitores se importaram. Sob Lula, o país emergiu como uma potência global. Ao final, sua vasta popularidade foi um reflexo não apenas das melhorias de ordem material, mas também de orgulho coletivo para o país (ANDERSON, 2011, *online*).

Anderson faz uma análise à comparação de Lula com o presidente Franklin Delano Roosevelt. Segundo Anderson, Roosevelt enfrentou atritos com os sindicatos, os quais teve que bajular para ter um bom relacionamento, ao passo que Lula, até por ser oriundo dessa categoria, nunca teve problemas para negociar com eles. Enquanto alguns jornais internacionais voltados para a economia constantemente estavam apoiando a política econômica do governo Lula, a imprensa nacional, nas palavras de Anderson (2011, *online*), “estava vivendo em um mundo diferente”.

O leitor da *Folha* ou do *Estadão*, para não falar da revista *Veja*, estava vivendo em um mundo diferente. Normalmente, em suas colunas, o Brasil estava sendo mal governado por um grosseiro aspirante a caudilho, sem a menor compreensão dos princípios econômicos ou respeito pelas liberdades civis, uma ameaça permanente à democracia e à propriedade privada (ANDERSON, 2011, *online*).

Algo que chama a atenção de Anderson são as mudanças no perfil do eleitor de Lula de 1996 para 2010:

Em 1996, 30% dos simpatizantes do PT tinham renda de mais de dez salários mínimos, enquanto outros 40% tinham renda de menos de dois salários mínimos. Em 2010, o primeiro grupo respondia por 4% do total de simpatizantes, e o segundo por 85% (SINGER *apud* ANDERSON, 2011, *online*).

Vale ressaltar também a preocupação de Anderson em relação ao sistema judiciário brasileiro. Como um *déjà vu*, ele realmente teve razão em ter essa preocupação. Passado todo esse período, sabe-se muito bem qual foi o resultado dos processos judiciais nos quais foi envolvido o PT.

Advogados negociam com juízes em particular, e ao receberem veredictos favoráveis, são conhecidos por — à vista de todos — se abraçarem e providenciarem jantares regados a vinho para os juízes responsáveis por esses veredictos (Anderson, 2011, *online*).

3 “O BRASIL DE LULA, SEGUNDO PERRY ANDERSON”, BORIS FAUSTO

Logo no início de seu artigo, Fausto faz uma crítica ao texto de Perry Anderson, sobre a trajetória de Lula. Para Fausto, a figura do petista se assemelha a de um rei, quando diz que Lula acerta sempre, quem erra são seus “ministros, os membros do primeiro ou do segundo escalão”. Em seguida, como o próprio Fausto diz, sua intenção não é fazer um balanço do governo do PT, mas uma crítica à idolatria de Anderson à figura de Lula.

A observação que Fausto faz é com relação ao setor econômico, sobre os aumentos do salário mínimo nas transferências de rendas para os programas assistenciais. Porém, o contraponto de Fausto é justificar que essa política econômica só foi possível porque o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso estabilizou o sistema financeiro, permitindo que essa política pudesse ser implementada pelo governo de Lula. Mas Fausto peca quando elogia as privatizações feitas pelo FHC de bancos e empresas fundamentais para o desenvolvimento do País; quando analisados os preços dessas empresas, nota-se que todas foram vendidas com valores bem abaixo do mercado mundial.

Outra crítica feita a Anderson sobre a economia para justificar o êxito do governo do PT deveu-se à estabilidade do Real mantida pelo FHC, mas não se pode esquecer de que o Plano Real foi instituído em 1994 pelo presidente Itamar Franco. Fausto concorda que os maiores beneficiários com a estabilidade da moeda foram as classes menos favorecidas financeiramente, já que houve controle de preços. Nesse início do artigo, o foco principal de Fausto é no bloco econômico em que ressalta a privatização dos bancos públicos como motivo de acertos de FHC, no entanto Fausto acha contraditório os argumentos de Anderson:

A certa altura de seu artigo, ele afirma que “longe de qualquer continuidade, havia um abismo entre seu governo [o de Lula] e o de Fernando Henrique Cardoso”. O abismo teria a ver com o fato de que Lula lançou um contra-ataque agressivo contra as privatizações e nenhuma empresa foi privatizada em seu governo” (FAUSTO, 2012, *online*).

Quando Anderson afirma que houve uma ruptura no sistema de privatizações, que o governo do PT durante seus oito anos de mandato (2002-2010) não privatizou nenhuma empresa, Fausto afirma que só haveria ruptura se o governo tivesse reestatizado as empresas que haviam sido privatizadas. É interessante quando se fala em rupturas. No Brasil essas questões são de indignações; sabe-se que, nos processos de trocas de regimes, nunca houve uma ruptura brusca em que suas estruturas fossem radicalmente mudadas. Portanto, nesse sentido Fausto, em parte, tem razão, embora o governo não tenha privatizado nenhuma empresa, por outro lado o governo apenas cessou um processo que estava em curso pelo seu antecessor.

É curioso que o autor tome a interrupção das privatizações como marco de uma ruptura. Ruptura haveria se Lula reestatizasse empresas privatizadas, atendendo a pressões de um setor radical de seu partido e de vozes situadas na extrema esquerda (FAUSTO, 2012, *online*).

Outro embate entre Fausto e Anderson está ligado à área social. Aqui vale uma observação: Fausto diz que sua intenção no artigo não é analisar o governo do presidente Lula, no entanto ele faz sua crítica a Anderson pelos elogios ao governo do PT, ignorando o governo FHC. Nesse sentido, embora FHC tivesse seus programas sociais voltados para a classe pobre, não havia uma padronização no sistema de distribuição, ficando a cargo de órgãos públicos e governos locais essas distribuições, ao passo que, durante o governo de Lula, essa padronização foi feita com critérios definidos e com um público alvo a ser atendido. Nessa observação de Fausto, pode-se verificar a unificação dos vários programas sociais de FHC em apenas um do governo Lula, o Bolsa Família.

Ao enfatizar o avanço na área social ocorrido no curso dos dois mandatos de Lula, Perry Anderson embarca na afirmação, tantas e tantas vezes repetida, de que o governo Fernando Henrique “ignorou o social”, inverte a figura compassiva de Lula. Convém recordar nesse aspecto um ponto básico. O sempre lembrado programa intitulado Bolsa Família, como diz expressamente a lei federal n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, resultou da unificação de vários programas implantados no governo Fernando Henrique: o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação; o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde; o Programa Auxílio-Gás, acompanhado do Cadastro Único do Governo Federal (FAUSTO, 2012, *online*).

Fausto reconhece que o segundo governo de Lula teve êxito. No entanto, atribui isso ao aparato estatal, alegando que o governo utilizava-se de ferramentas que, para um pensamento liberal, não são convencionais, como utilizar-se da base sindical para

governar o país, além de conceder empréstimos subsidiados a “grupos privados”, fazendo uma junção entre os fundos de pensões com o empresariado.

A profunda mudança de rumo entre o governo Lula e o de Fernando Henrique surgiu no terreno da política, com a mutação no nível do poder, acompanhada da emergência de novos atores sociais. [...]. O bloco baseia-se no *lulismo*, ou seja, no peso da personalidade carismática de Lula, e conta com uma associação da máquina do PT, das centrais sindicais (com a CUT a frente), dos grandes grupos privados, beneficiários de empréstimos subsidiados do BNDES, e dos fundos de pensão, transformados em elo entre o mundo sindical e o empresarial (FAUSTO, 2012, *online*).

É interessante observar os argumentos de Fausto ao criticar Anderson na questão da corrupção que se instalou no PT. Nesse sentido, ele aponta que a imprensa e a opinião pública decretaram que havia corrupção, isto já é fato determinado, independentemente de o STF ter absolvido os réus. No entanto, ele não menciona os órgãos de controles que seriam responsáveis pelas investigações, nesse caso, o TCU ou o próprio Ministério Público, que teria por obrigação fazer as auditorias para verificar as procedências dos fatos narrados pela imprensa. Curioso que Fausto, ao invés de criticar FHC por manobrar o Congresso para a aprovação da reeleição, ele acaba atribuindo esse interesse aos governadores, sendo que a Constituição não permite que se legisle em causa própria, pois a proposta era para a próxima legislatura e não contemplava a atual. Nesse caso, ele não aceita que houve compra de votos para a reeleição de FHC, alegando que a Constituição foi mal interpretada para acusar FHC.

À época, muitos discutiram e colocaram em jogo a oportunidade de a emenda abranger esse mandato, outros falaram em quebra das tradições republicanas. É inegável também que a emenda despertou o apetite de alguns governadores dos Estados, que vislumbraram a possibilidade de maior permanência no poder (FAUSTO, 2012, *online*).

A mídia é outro ator que entra em cena. Fausto acha curioso Anderson acusar a imprensa de parcialidade, que ela tem o poder de interferir no rumo das eleições. Como já se viu, em textos já publicados, a relevância da mídia no período da Ditadura, a lógica de Anderson faz sentido. Para a mídia, Lula sempre foi uma figura pobre e sem qualificações para ocupar um cargo que, até então, não havia sido ocupado por alguém que não tivesse um mínimo de formação acadêmica superior. Isso incomodava a elite, que sempre foi detentora de poderes sobre seus grupos de interesses, nesse caso, os políticos.

A imprensa, em momento algum, dirigia-se a Lula como um administrador de conflitos que não teria a capacidade de governar um país da dimensão do Brasil.

Portanto, a imprensa tinha e tem um papel relevante quando se trata de escolher seus pretendidos aos cargos públicos. Hoje é sabido que, na eleição de Fernando Collor de Mello, houve manipulação de informações. No governo de FHC, houve também um engavetador oficial de processos, Geraldo Brindeiro (Procurador Geral da República durante o governo de FHC), mas, em momento algum, Fausto faz menção a respeito dessas ocorrências no governo de FHC. Embora Fausto reconheça que no caso de Collor houve uma tendência da mídia (Rede Globo), ele alega que só isso não foi o suficiente para elegê-lo.

No entender do autor [Anderson], o suposto poder da mídia seria uma força irresistível, capaz de decidir a opção de voto de milhões de brasileiros, quem sabe incapazes de decidir por si mesmos! Seguindo seu raciocínio, a eleição de Lula teria significado uma perda de poder da mídia, disso resultando, em última análise, o horror da imprensa contra ele (FAUSTO, 2012, *online*).

São poucos e raros momentos em que Fausto reconhece a importância de Lula no cenário internacional, mas ainda sim o deprecia pela sua condição de “monoglota”, de não saber falar outras línguas; mas isso não o impediu de destacar-se como uma liderança mundial, reconhecendo que Lula conseguiu sair do eixo Brasil-Estados Unidos, fazendo acordos multilaterais com países da Europa, Ásia e África.

As dúvidas lançadas pela oposição no tocante ao desempenho pessoal do presidente Lula no âmbito internacional não se confirmaram. [...]. A construção de sua imagem foi facilitada pela sua história de vida e pelo fato de não ser uma liderança radical como muitos temiam. Além disso, o mundo oficial reconheceu em Lula um líder com marca própria, que destoava do formalismo dos encontros diplomáticos (FAUSTO, 2012, *online*).

4 “RAÍZES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS DO LULISMO” E “A SEGUNDA ALMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES”, DE ANDRÉ SINGER

Quando se fala em política, a racionalidade e a paixão estão lado a lado. Nesse artigo de 2009, André Singer procura explicar o que houve de diferente na eleição de Lula nos dois períodos, em 2002 e 2006. O eleitorado foi radicalmente modificado. As classes sociais que, em 2002, escolheram Lula, em 2006, o abandonaram e entraram em cena as classes sociais mais pobres. Isso leva à dedução de que as políticas sociais estabelecidas pelo governo surtiram efeito. Mais uma vez a mídia procura estabelecer seu espaço e escolher seus preferidos, “‘A disputa eleitoral de verdade se dará entre Serra e Alckmin’, escrevia *Veja*, mesmo avisando que previsões de longo prazo falhavam tanto quanto as meteorológicas” (SINGER, 2009, *online*); no entanto, ela erra quando coloca no cenário José Serra e Geraldo Alckmin como protagonistas das eleições de 2006.

A explicação de Singer para a mudança no eleitorado do PT foi o escândalo do “mensalão”. O governo era bombardeado todos os dias com reportagens nos principais meios de comunicação, tanto na mídia escrita quanto audiovisual. Isso deixou os eleitores mais escolarizados que haviam votado no PT no primeiro mandato de Lula à deriva, acreditando realmente que as denúncias eram verdadeiras e que o PT comandava esse esquema de corrupção. No entanto, Singer alega que a base social beneficiada pelos programas sociais desenvolvidos pelo PT para atender as classes de “baixíssima renda” muda o cenário eleitoral.

“Entre os brasileiros de escolaridade superior, a reprovação a Lula deu um salto de 16 pontos percentuais, passando de 24% em agosto para 40% hoje”, escrevia a *Folha de S. Paulo* em 23 de outubro de 2005. Três meses depois, porém, enquanto os mais ricos, seguindo na linha anterior, optavam em massa (65%) pelo então pré-candidato do PSDB, entre os de renda familiar de até cinco salários mínimos ocorria uma inflexão, com um aumento dos índices de satisfação a respeito do mandato de Lula (SINGER, 2010, *online*).

As duas tabelas a seguir mostram o comportamento do eleitor do primeiro turno das eleições de 2006 para o segundo turno, faixas salariais que deslocam para cada lado. Essas duas tabelas foram utilizadas por Singer na sua argumentação.

Imagem 1: Intenções de voto por renda no 1º e no 2º turno de 2006

TABELA 1
Intenção de voto por renda no 1º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula	55%	41%	30%	29%	45%
Alckmin	28%	38%	45%	44%	34%
Heloisa Helena	6%	9%	14%	11%	9%
Cristovam	1%	3%	4%	5%	2%
Outros	1%	1%	0,3%	2%	1%
BR/Nulo/Indecisos	8%	9%	7%	9%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 3010 eleitores, realizada entre 28 e 30 de setembro de 2006.

TABELA 2
Intenção de voto por renda no 2º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula	64%	56%	44%	36%	57%
Alckmin	25%	35%	46%	54%	33%
Br/Nulo/Não sabe/Não opinou	10%	9%	11%	10%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 8680 eleitores, realizada entre 26 e 28 de outubro de 2006.

Fonte: Ibope (*apud* SINGER, 2009).

Segundo Singer (2009, *online*), “Os dados mostram que o Lulismo foi expressão de uma camada social específica, e o descolamento entre eleitores de baixíssima renda e de ‘classe média’ [...] outorgou um caráter único à eleição de 2006 (SINGER, 2010, p. 85). Para Amaral (2006 *apud* SINGER, 2009, *online*), esse deslocamento “apareceu nos debates pós-eleitorais sob a forma de questionamento do real papel dos chamados ‘formadores de opinião’”.

Singer faz uma observação interessante quando fala sobre as eleições de 2006: as classes mais elitizadas apoiavam o candidato do PSDB, mas isso não foi traduzido em vitória, porque as classes sociais mais pobres são imensamente maiores em números. Para justificar esse argumento, ele volta às eleições de 1989, na disputa entre Lula e Collor. Naquela eleição, o quadro eleitoral mostrava que Lula tinha uma maior projeção entre os mais escolarizados. Os formadores de opinião não conseguiram dissuadir os mais pobres, pois Fernando Collor tinha um discurso que o aproximava das classes mais baixas. Essa observação não foi levada em conta em 2006, quando a mídia dava como certa a eleição do candidato do PSDB. A imagem a seguir mostra a semelhança no cenário de 1989 e 2006.

Imagem 2: Intenção de voto por renda no 2º turno de 1989

TABELA 3

Intenção de voto por renda no 2º turno de 1989

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM
Collor	51%	43%	40%	40%
Lula	41%	49%	51%	52%
Nenhum/BR/Nulo/Não sabe/Não opinou	8%	8%	9%	8%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 3650 eleitores, realizada entre 13 e 16 de dezembro de 1989, conforme André Singer, “Collor na periferia: a volta por cima do populismo?” em B. Lamounier (org.), De Geisel a Collor, o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 137.

Fonte: Ibope (*apud* SINGER, 2009).

A contradição do eleitor acaba sendo um fato de análise para os pesquisadores sociais. Para Singer, Lula procura os votos do eleitor de baixa renda desde 1989, no entanto esse eleitor sempre teve uma tendência a votar em candidatos de direita, mesmo nunca tendo sido beneficiados por esses candidatos. Somente em 2002, esses votos começam a ser direcionados para o PT, o que leva Lula a ser eleito.

Entre a eleição de 2002, comemorada como sendo a da *demorada ascensão da esquerda* em país de tradição conservadora, e a *reeleição de Lula por outra base social e ideológica*, em outubro de 2006, operou-se uma transformação que se faz necessário entender (SINGER, 2010, *online*).

O início do governo Lula enfrentou sérios problemas herdados de seu antecessor FHC, como a alta de juros e o endividamento com o FMI — isso levou o

governo a um período de recessão. Aos poucos, Lula conseguiu estabilizar a economia. O fator determinante para sua segurança governamental foi a criação do Programa Bolsa Família. A unificação dos programas sociais criados pelo FHC possibilitou que todos fossem agregados em um único programa, isso acabou gerando uma renda mínima para famílias que estavam em grandes dificuldades econômicas e sociais. Esse programa beneficiava principalmente as mulheres, elas eram as titulares desse benefício. Não foi apenas o Bolsa Família que garantiu a governabilidade; outros fatores contribuíram para isso, como afirma Singer (2009, *online*).

Na mesma linha, de mirar além da Bolsa Família, Hunter e Power lembram que o aumento real de 24,25% no salário mínimo durante o primeiro mandato teve um impacto mais abrangente do que o PBF. Além disso, a Bolsa Família e a elevação do salário mínimo, *somadas*, dinamizaram as economias locais menos desenvolvidas.

Além do programa social como o Bolsa Família, aumento do salário mínimo, outros programas foram extremamente relevantes para ampliar a base dos eleitores do governo Lula: a criação do crédito consignado, a redução dos juros pelos bancos públicos que obrigou automaticamente os bancos privados seguirem a mesma linha de redução das taxas de juros, o aumento dos benefícios pagos às pessoas com deficiência. Os programas “Luz para Todos”, “regularização das propriedades quilombolas” e “construção de cisternas no semiárido” foram determinantes para marcar o território em que o governo tinha uma grande aceitação popular.

Na transição do governo de FHC para Lula, o temor de que pudesse haver uma quebra na estrutura financeira do Brasil, a princípio deixou investidores em dúvidas e precavidos, principalmente com a evasão de dólares. Para isso, no início de seu governo em 2002, Lula adotou uma fórmula ortodoxa, inclusive seu presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tinha fortes ligações com o governo de FHC. Esse fato ajudou, de certa forma, a acalmar o mercado financeiro.

O fato é que o governo preferiu conter a subida dos preços pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais, como foi o caso da combinação de corte no gasto público e aumento de juros em 2003. Com a redução da demanda e a volta dos dólares que haviam fugido com medo de um governo de esquerda. [...] O presidente vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a “prudência de uma dona de casa” (SINGER, 2010, *online*).

André Singer recupera o termo subproletariado usado por Paul Singer na década de 1970, para mostrar que, no primeiro governo Lula, esse contingente abrangia 48% da População Economicamente Ativa (PEA), que, traduzida em números, somava

18,6 milhões de pessoas. De certo modo, como Singer alerta, esse subproletariado acabou se tornando um elemento importante no Lulismo, pois o governo percebeu a sua importância, foram criados programas que atendessem a essa população que estava deslocada dos centros e sem empregos que lhe possibilitavam melhores condições de vida.

Em virtude de seu tamanho, o subproletariado encontra-se no centro da equação eleitoral brasileira, e seu coração está no Nordeste. [...] Nucleado no Nordeste, onde conta com elementos biográficos, mas estendendo-se para o conjunto do país, o Lulismo, segundo indicam os dados eleitorais de 2006, pode ter fincado raízes duradouras no subproletariado brasileiro (SINGER, 2009, *online*).

5 “DEZ ANOS QUE ABALARAM O BRASIL. E O FUTURO?”, DE JOÃO SICSÚ

A mobilidade social é tão lenta e os compromissos com o status quo são tantos que a história parece ser apenas uma tela de cinema. Muda a imagem, mas são as mesmas pessoas que cabem na plateia. Muda o filme e o enredo das histórias, mas os protagonistas são os mesmos (NASSIF *apud* SICSSÚ, 2013, p. 11).

No prefácio do livro de João Sicsú, elaborado pela jornalista Maria Inês Nassif, já é possível perceber que, durante dez anos de administração do PT, período esse em que foi elaborado esse livro, as disputas entre situação e oposição são marcadas não apenas por partidos políticos, PSDB versus PT e aliados, mas também por uma forte influência da mídia hegemônica do país (escrita e audiovisual). As disputas se dão no campo tanto político quanto midiático, usando todos os recursos para desestabilizar o governo do PT, devido à vocação do partido de ter uma preocupação social que não apenas as “elites e as classes médias endinheiradas” eram privilegiados, mas também que os pobres, de certa forma, tiveram uma pequena melhora em suas condições de vida.

A opinião pública forjada pelos meios de comunicação, todavia, foi tomada por uma ira antipetista. A aversão ao projeto de esquerda é produto de uma construção conservadora que toma contornos assustadores junto às elites e às classes médias mais endinheiradas (NASSIF *apud* SICSSÚ, 2013, p. 15).

João Sicsú é categórico ao afirmar que os obstáculos enfrentados pelo Partido dos Trabalhadores, da herança do governo de FHC, foram bem menores do que os próximos dez anos que viriam pela frente, principalmente depois da boa administração do PT durante dez anos de governos. Os percalços deixados pelo PSDB já foram solucionados, tirando o país de uma inflação de dois dígitos, gerando empregos e deixando de ser dependente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Muitos dos desafios colocados pelos governos do PSDB (1995 - 2002) aos governos de Lula e Dilma (2003 - 2012) já foram superados. A novidade é que os desafios que os governos de Lula e Dilma colocaram aos futuros governos são muito maiores do que aqueles colocados pelo PSDB ao PT há dez anos. A tarefa dos governantes para os próximos dez anos será muito mais difícil (SICSÚ, 2013, p. 19).

A disputa PT versus PSDB antes e durante o governo do PT sempre foram intensas. Enquanto o PSDB tinha como foco as privatizações das empresas estatais, o PT, aliado ao PC do B e ao PDT, enfrentava essa situação com uma defesa da soberania nacional, evitando que muitas empresas essenciais não fossem privatizadas. Aliado ao governo neoliberal do PSDB, estava a grande mídia com interesses e publicidades milionárias em favor das privatizações.

São meia dúzia de famílias as proprietárias de quase todo o setor de comunicação. Os barões da comunicação pautam a atuação política do PSDB e seus aliados, que sobrevivem na oposição. As ideias neoliberais do Estado mínimo difundidas pelos barões da comunicação não penetram nas classes de renda baixa nem entre os trabalhadores mais rudes (SICSÚ, 2013, p. 20).

O autor faz uma observação interessante: para os neoliberais o Estado não deve subsidiar o pobre. Suas aquisições devem ser por méritos, apesar de saber que esse mesmo liberal recebe enormes subsídios, desde empréstimos a juros baixíssimos financiados por esse mesmo Estado, e principalmente os perdões de dívidas contraídas por eles.

Não tem como falar de governo sem colocar a mídia no centro das discussões. Embora essa mídia fale para um grupo bem seleto, de certa forma ela está sempre pautando o governo, jogando ideias para defender um número pequeno de interessados em que o governo não tenha êxito em sua governança. Mesmo o governo pagando as publicidades das empresas estatais nos canais da mídia aberta, ainda assim, essa mídia ataca o governo cotidianamente.

Os jornais dos barões são produzidos para uma pequena parcela da população e buscam pautar as ações do governo. Dizem o que o governo deve fazer, quem deve falar, quem deve ficar calado. [...]. Os jornais dos barões são usinas de notícias negativas. São veículos militantes diários da oposição e se consideram os donos do saber e da verdade (SICSÚ, 2013, p. 34).

Nas suas análises no texto, o autor faz questão de ressaltar que houve para as populações mais pobres uma evolução social. Permitiu a essa classe ter acesso a bens de

consumo que antes estavam longe de ser alcançados por eles — principalmente aos bens de consumo como eletrodomésticos e a oportunidade de comprar um carro popular. Por outro lado, ressalta que a mídia faz questão de desconstruir esse cidadão, criando a imagem de um cidadão de segunda classe, que não sabe se vestir nem se comportar em ambientes que antes era praticamente inacessível a eles, como aeroportos, restaurantes e até mesmo as universidades.

Os novos trabalhadores são socialmente discriminados. São olhados com desconfiança quando adentram os aeroportos com malas de baixa qualidade e com sacolas plásticas nas mãos. Os barões da comunicação estimulam a discriminação quando descrevem seus representantes como usuários de roupas vulgares, que não tem bom gosto dos ricos (SICSÚ, 2013, p. 42).

Há uma questão fundamental quando o autor diz que o componente social está bem nítido, porém o Nacionalismo não (SICSÚ, 2013). Nesse sentido, vê-se uma armadilha. Como incentivar esse Nacionalismo e não cair em um fundamentalismo publicitário, pois a grande mídia é o contra ponto de vista de governos progressistas. Nesse sentido, corre o risco de ter um governo taxado de ditador. Esse Nacionalismo no passado foi o responsável por grandes discriminações em amplo espectro social.

É interessante a análise do autor. Ele não acredita que possa haver um retrocesso, pois as conquistas sociais adquiridas pela população mais carente são enormes e seria inconcebível a miséria voltar a patamares anteriores. Mas ao mesmo tempo há uma movimentação da oposição com um projeto claro de apagar a história do PT que foi escrita nos últimos dez anos. Não importa o candidato nem se eles têm um projeto de Brasil que pudesse dar continuidade aos avanços sociais e econômicos. A meta era destruir a história construída pelo PT.

A aglutinação oposicionista não somente quer interromper a história. Eles querem apagá-la. Aliás, nem consideram história o que aconteceu no Brasil nos últimos dez anos. Chamam o período de 'tempos estranhos'. Um articulista de uma grande revista escreveu: 'Lula será apenas outra má lembrança destes tempos estranhos' (SICSÚ, 2013, p. 60).

Contrariando o próprio governo, quando ele afirma que muitas pessoas das classes D e E tiveram ascensão social para a classe média, na verdade eles não ingressaram nas classes A, B e C, mas tiveram sim uma ascensão financeira que os possibilitaram adquirir bens que antes eram apenas sonhos, como comprar eletrodomésticos, carros populares e viajar de avião. No entanto, essas conquistas foram possíveis devido à facilidade de linhas de créditos criadas pelo governo do PT.

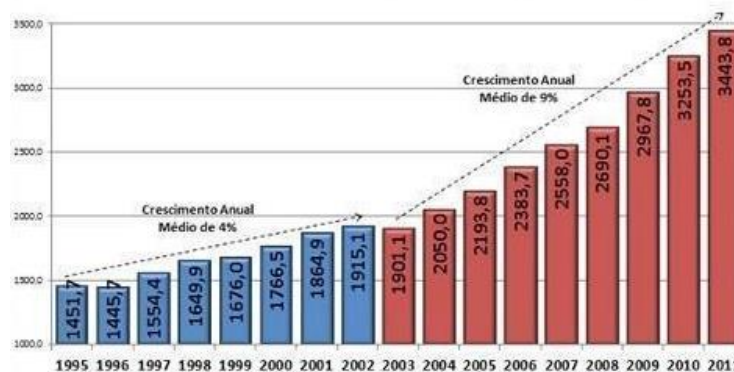
Mais de 42 milhões ingressaram, portanto, nas classes de renda A+B+C no período de 2003-11. Majoritariamente

não ingressaram na classe média, ingressaram tão somente nas classes de renda que podem consumir de forma regular. [...]. Em 2003, o Brasil possuía 29,5 milhões de trabalhadores formalizados. Em 2012, esse número aumentou para quase 48 milhões (SICSÚ, 2013, p. 72).

Quando voltamos a períodos anteriores e confrontamos os números, é possível perceber a diferença nos indicadores gráficos. A retórica da oposição devido aos grandes investimentos nas áreas sociais do governo é que ele está promovendo uma “gastança”, isso é feito com a ajuda da grande mídia. No entanto, essa mesma mídia não coloca em confronto esses indicadores, como a dívida pública do período de FHC e do governo do PT, principalmente o que foi gasto com o crescimento social de ambos governos.

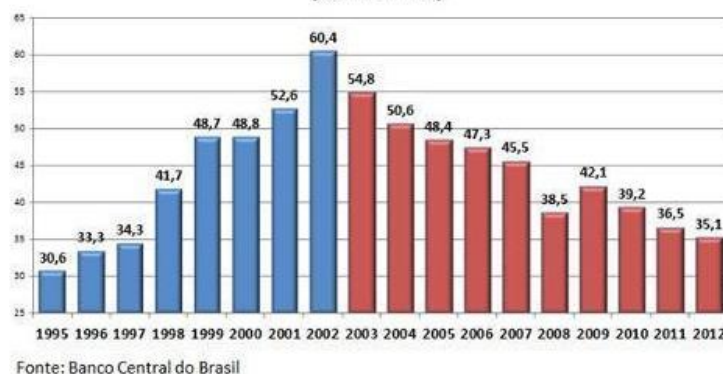
A seguir, dois gráficos que demonstram a grande diferença entre os governos do PSDB (1995-2002) e o PT (2003-2012). No primeiro gráfico, o gasto social em % de ambos governos. No segundo gráfico, a evolução da dívida pública de ambos governos.

**Gráfico 1: Gasto Social per capita (R\$ 2011)
Gasto Social Total per capita (R\$ 2011)**



Fonte: Disoc/IPEA; Fonte primária: Siasi/STN, CEF e PNAD/IBGE, p. 75¹.

**Gráfico 2: Dívida líquida do setor público (% no PIB)
Dívida Líquida do Setor Público
(% no PIB)**



Fonte: Banco Central do Brasil, p. 74².

¹ Disponível em: <https://envolverde.com.br/a-gastanca-publica-dez-anos-depois>.

² Disponível em: <https://envolverde.com.br/a-gastanca-publica-dez-anos-depois>.

As referências entre o governo do PSDB (FHC) e o governo do PT (Lula e Dilma), em relação ao PIB, também merecem destaque. Enquanto FHC usava a taxa de juros para controlar a inflação e o crescimento, justificando que era preciso subir os juros para controlar os preços com uma visão claramente neoliberal, o PT, por sua vez, alegava que o Banco Central não poderia usar somente a taxa de juros para fazer esses acertos econômicos. Era necessário utilizar outros instrumentos que colaborassem com esses dados. Assim o Banco Central utiliza os bancos públicos como ferramentas de apoio a esse movimento de redução de juros para ajudar no crescimento do país. Para isso, utiliza os bancos públicos para reduzir os juros, obrigando os bancos privados também a fazerem essa redução, caso contrário esses bancos não conseguiriam emprestar dinheiro ao mercado consumidor. Isso gera um atrito entre o governo do PT e os neoliberais que querem se alimentar dos juros do Estado.

O embate entre um governo com cunho social e o mercado neoliberal foi uma constante durante o governo do PT. Enquanto o governo tinha ao seu lado uma grande parte da população que estava se beneficiando das “vantagens” oferecidas pelo Estado, como empréstimos com juros baixos para adquirir bens, o mercado financeiro tinha ao seu lado os grandes conglomerados das mídias que defendiam, em suas matérias jornalísticas, que o Estado não poderia interferir na economia de mercado. Para esses grupos, quem deveria fazer isso eram as empresas e bancos privados sem a interferência do Estado.

6 CONCLUSÃO

Nos dois primeiros tópicos, foram apresentadas as análises de Anderson e de Fausto sobre o período do Lulismo; ambos estão corretos em suas observações. Porém, pode-se notar o viés ideológico, a paixão de um e o desamor do outro. A história é contada de forma verdadeira sob o ponto de vista de cada um. No entanto, as preferências ideológicas ficam claras nas justificativas de ambos. Com a distância do tempo histórico, os conceitos podem mudar, mas o que chama a atenção são as análises feitas ainda no calor do momento em que a história estava acontecendo.

A análise de André Singer é feita sem a exaltação ideológica. Nos seus argumentos, ele procura trazer números e fatos para justificar o sucesso do governo Lula, principalmente os fatores que colaboraram para a manutenção segura do governo petista. Através de estatística, mostra a tendência e a mudança do eleitorado em cada período das eleições e como Lula conseguiu angariar votos de eleitores que não votavam nele.

Para Sicsú, a estratégia econômica adotada pelo PT e seus aliados foi essencial para o sucesso do governo, principalmente para tentar equilibrar as grandes diferenças sociais, embora não tenha conseguido atingir esse objetivo. Mas foi claro o avanço nessa direção, possibilitando inúmeros benefícios através da área econômica implantada durante o governo do PT de Lula e Dilma.

Algo em comum entre os quatro autores são as menções aos meios de comunicação. Cada um coloca uma visão diferente sobre esse assunto. Para Anderson, a mídia é uma forte influenciadora de opinião pública, seu papel é induzir seus ouvintes

e leitores. Já Fausto vê a mídia como um órgão fiscalizador, auxiliando no combate à corrupção. Singer também vê a mídia como indutora de tendências, mas justifica que a própria mídia faz seus prognósticos com alternativas, dando a entender que as menções podem ser alteradas com o tempo. Para Sicsú, a mídia é o maior aliado ao sistema financeiro, pautando, em suas matérias, as “gastanças” do Estado e pontuando que ele interfere nas esferas privadas, colocando-as como o ponto de desenvolvimento da sociedade.

Enfim, os quatro textos analisados foram bem fundamentados, mas, como citado, as análises, em parte, carregam um pouco de ideologia de cada autor que pode ser traduzido em ufanismo, crítica e realidade.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000300002>.

FAUSTO, B. O Brasil de Lula, segundo Perry Anderson. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 23-33, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000100003>.

SICSÚ, J. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro? Os resultados, as dificuldades e os desafios dos governos de Lula e Dilma**. Prefácio: Maria Inês Nassif. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 89-111, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300006>.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>.